



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE ERRADICAÇÃO DO ANALFABETISMO
COMISSÃO NACIONAL DE ALFABETIZAÇÃO

ATA DA TERCEIRA SESSÃO ORDINÁRIA

Ao terceiro dia do mês de março do ano dois mil e quatro, às dez horas, na Sala de Atos do Ministério da Educação, foi aberta a terceira Sessão Ordinária da Comissão Nacional de Alfabetização, com a presença dos seguintes membros e suplentes: Neroaldo Pontes de Azevedo, Justina Iva de Araújo Silva, Normando Batista Santos, Fabiana Costa, Marta Vanelli, Celio da Cunha, Maria Cristina Vargas, Sueli Cristina Marquesi, Jane Paiva, Maria Aída Bezerra Costa, Sérgio Haddad, Luiz Gonzaga, Marina da Silva Kahn e Moacir Gadotti. Foi registrada a ausência justificada da Sra. Maria Aparecida Schumacher. Participaram também da reunião a Professora Jeanete Beauchamp, Diretora do Departamento de Estudos, Avaliação e Acompanhamento, e a Técnica em Assuntos Educacionais Egláisa Micheline Pontes Cunha, Secretária-Executiva da Comissão Nacional de Alfabetização. A sessão foi presidida pelo Secretário Extraordinário de Erradicação do Analfabetismo, Ricardo Henriques, que saudou os integrantes da Comissão, apresentou o Sr. André Lázaro como um dos Diretores que irá compor a nova Secretaria e solicitou aos presentes que se apresentassem.

Em seguida, foi colocada em votação a pauta dos assuntos do dia, composta de: expediente; discussão da pauta; leitura e aprovação das atas; apresentação da nova estrutura da Secretaria e dos princípios do Programa Brasil Alfabetizado; balanço do Programa Brasil Alfabetizado – 2003; sistema de avaliação do Programa Brasil Alfabetizado e discussão da minuta de Resolução que estabelece orientações e diretrizes para a assistência financeira suplementar a projetos educacionais no âmbito do Programa Brasil Alfabetizado, para o ano de 2004. A pauta foi aprovada por unanimidade pelos membros da Comissão.

Prosseguindo, o Presidente colocou em discussão e votação as atas da reunião anterior, que foram aprovadas por unanimidade pelos membros da Comissão.

Em seguida, o Presidente passou à apresentação da nova estrutura da Secretaria e dos princípios do Programa Brasil Alfabetizado. Durante a apresentação, o Presidente reportou-se às dificuldades estruturais do Ministério e da falta de um desenho estratégico que promovesse o tratamento do passivo residual advindo das secretarias estaduais de educação, o que viabilizou no passado a criação de secretarias programáticas para a coordenação e gestão de programas como o Bolsa-Escola e o Programa Brasil Alfabetizado. Neste sentido, o Presidente informou aos membros da Comissão sobre os novos eixos de atuação do Ministério da Educação na gestão atual: Reforma universitária; combate ao analfabetismo e a viabilização do Fundo de Desenvolvimento da

Educação Básica – FUNDEB. Comunicou também aos membros sobre a intenção do Ministro da Educação em promover um redesenho organizacional do Ministério, de forma a estruturar-se da seguinte maneira: Secretaria de Ensino Básico, Secretaria de Ensino Profissionalizante e Tecnológico, Secretaria de Ensino Superior, Secretaria de Ensino Especial e Secretaria de Educação a Distância. Além disso, a atual Secretaria Extraordinária de Erradicação do Analfabetismo seria fundida com a Secretaria de Inclusão Educacional, transformando-se numa nova secretaria, cujo nome ainda será definido e para o qual sugestões serão aceitas. Esta nova secretaria consolidaria uma agenda civilizatória, não assistencialista, mas transformadora, capaz de promover o enfrentamento dos desafios de gestão existentes na Educação Indígena, Educação no Campo, Educação Afro-descendente e de questões de Gênero, de forma a combater a exclusão estrutural em qualquer fase do ensino regular, e em especial, o analfabetismo, sempre com a colaboração dos Estados e Municípios brasileiros. Especificamente, para a nova secretaria será definido um marco regulatório que permita a difusão de experiências bem-sucedidas, o monitoramento da qualidade dos programas implementados, a avaliação dos sistemas e a respectiva gestão entre os Estados e Municípios.

Feitas estas considerações e tendo em vista a necessidade de ausentar-se para participar de uma reunião com o Ministro, o Presidente passou a coordenação dos trabalhos à Professora Jeanete Beauchamp, sendo definido a retomada do tema da nova Secretaria quando de seu retorno.

Prosseguindo, a Professora Jeanete Beauchamp apresentou um balanço geral do Programa Brasil Alfabetizado relativo ao ano de 2003, comentando os dados sistematizados em tabelas de acompanhamento distribuídas aos participantes. Em seguida, os membros passaram a fazer uma avaliação do Programa com base em suas experiências pessoais e representativas dos seus respectivos órgãos, com os seguintes destaques: importância da pontualidade do pagamento do convênio, relacionada diretamente à credibilidade do Programa junto às comunidades; as dificuldades operacionais relativas ao cadastramento dos alunos no prazo solicitado e sua vinculação ao pagamento do convênio; baixo valor de repasse por aluno, com tendência à geração de manipulações logísticas; mesmo número de alunos por sala, sem restrições por deficiências ou grupos desfavorecidos; ausência de documentação dos alfabetizandos, em especial, dos trabalhadores rurais, baixo valor de repasse para a capacitação dos alfabetizadores, e pouca exploração do potencial dos estudantes universitários durante a implantação do Programa.

Ao retomar a coordenação dos trabalhos, o Presidente da Comissão registrou a presença do Ministro da Educação que em sua breve passagem pelo recinto saudou os membros da Comissão e enfatizou a sua importância nas transformações que o MEC pretende realizar, desejando a todos um bom dia de trabalho.

Prosseguindo com a avaliação do Programa, outros destaques foram feitos relacionados à possibilidade de articulação de políticas com outros agentes públicos. Como exemplo, foi citado o Ministério da Saúde para a obtenção de recursos, tais como óculos para os alfabetizandos. Outro destaque foi para a

ausência da divulgação de dados do programa que, se disponibilizados, poderiam ter contribuído para a disseminação de ações e mobilizado os agentes articuladores de políticas públicas como os fóruns de EJA que promovem discussões generalizadas e a participação da sociedade no processo de alfabetização. Além disso, foi enfatizada a definição do papel das universidades como não executora dos programas de alfabetização e sim de viabilizadora da formação continuada dos alfabetizadores e do acompanhamento pedagógico dos programas, tanto para a formação (desenvolvimento de pesquisas e estudos), quanto para a sua viabilização a baixo custo (foco nas bolsas de estudos *stricto sensu*). Também foi citada a necessidade do estabelecimento de prioridades diante da confrontação dos dados apresentados, e da definição do papel de cada segmento social, além de questões gerais de funcionamento, tais como a de um cadastro “mais amigável”, evasão, educação continuada, políticas complementares ao programa e a flexibilização de critérios. A questão do voluntariado também foi um dos pontos abordados, tendo em vista que houve uma mobilização da sociedade não acolhida diretamente pelo Programa, conforme anunciado pelo governo.

Cumprido o previsto para a sessão, os trabalhos foram encerrados às doze horas e dez minutos pelo Presidente Ricardo Henriques. E para constar eu, Celio da Cunha, Secretário-Geral, lavro a presente ata que vai assinada por mim, pelo Presidente da sessão, e pelos demais membros presentes. Brasília, três de março do ano dois mil e quatro.

Celio da Cunha

Ricardo Henriques

Neroaldo Pontes de Azevedo

Justina Iva de Araújo Silva

Normando Batista Santos

Fabiana Costa

Marta Vanelli

Maria Cristina Vargas

Sueli Cristina Marquesi

Jane Paiva

Maria Aída Bezerra Costa

Sérgio Haddad

Luiz Gonzaga

Moacir Gadotti

Marina da Silva Kahn
